

ELEMENTOS HISTÓRICOS E FICCIONALIDADE EM *SAGA D'OURO*

Anqi Zhu

Ana Mafalda Leite

Resumo: Este artigo apresenta uma análise do romance *Saga d'Ouro* (2019), do escritor moçambicano Aurélio Furdela. Neste romance, a ficção e a história são habilmente combinadas. A narrativa tem lugar em Mwenemutapa, atual Zimbábue, que abrangia algumas terras que hoje são Moçambique. Através das diferentes histórias das personagens, o autor retrata a vida de diferentes grupos a partir de diversas perspetivas, incluindo políticas, económicas e culturais. Seguindo H.R. Jauss e a teoria da receção, o objetivo da nossa análise é perceber a possível intenção e relação crítica entre passado e presente, considerar o estado atual da sociedade moçambicana e o seu modelo de desenvolvimento e compreender a importância do romance histórico na preservação da recordação do passado, evitando a repetição de erros no presente.

Palavras-Chave: Romance Histórico. Teoria da Receção. Oceano Índico. História de Moçambique. Neo-colonialismo.

Abstract: This essay proposes an analysis of *Saga d'Ouro* (2019) by the Mozambican author Aurelio Furdela. In this Novel, our author skillfully blends historic information with literary art. The narrative takes place in Mwenemutapa, which covers Zimbabwe and a part of the land that is now Mozambique. Through the different stories of the characters, the author portrays the lives of different groups from various perspectives, including political, economic and cultural. Following H.R. Jauss and the Reception theory, the aim of our analysis is to understand the possible intention and critical relationship between past and present, to consider the current state of Mozambican society and its development model to understand the importance of the historical novel in preserving the memory of the past, avoiding the repetition of mistakes in the present.

Keywords: Historical Novel. Reception Theory. Indian Ocean. History of Mozambique. Neo-colonialism.

Introdução

A obra *Saga d'Ouro*, do escritor Aurélio Furdela, ganhou o prêmio de Imprensa Nacional Casa da Moeda (INCM) – Eugénio Lisboa 2018. O romance *Saga d'Ouro* é uma história narrada no reino de Mwenemutapa, em que o protagonista é um imperador e governante tirânico e brutal, cuja ganância e incompetência conduzem, eventualmente, à queda do seu domínio. Neste romance, o autor moçambicano Aurélio Furdela, dá-nos uma ideia das atividades comerciais, das lutas pelo poder, das superstições, usos da feitiçaria e das invasões coloniais, no século XVI, no continente africano e ao longo do Oceano Índico, através das histórias fragmentadas de várias personagens. No entanto, este romance não é um relato puramente histórico, mas uma obra literária que combina elementos históricos com ficção. O autor traz o leitor para o texto através de alguns elementos da História que são familiares. É como se o leitor fosse uma personagem que viveu naquele tempo, naquela história. Desde o início do romance, a existência de uma divisão social do trabalho bastante desenvolvida é demonstrada através da descrição do cenário. A família real vivia dentro do muro de pedra (Grande Zimbabwe), em posição de terreno elevado, gozando de uma vida privilegiada. As massas populares, por outro

lado, viviam fora do muro de pedra, produzindo os meios de subsistência e contribuindo obrigatoriamente para a classe dominante. A narrativa ocorre quando o regime do Mambo é desafiado e termina com a sua derrota. O corpo principal deste artigo pode ser dividido em duas partes. A primeira parte centrar-se-á na explicação de um elemento histórico contextual que percorre o romance: as atividades comerciais dos portugueses e árabes no Império e as tensões e conflitos que surgem por causa dos seus respetivos interesses. A segunda parte fornecerá uma análise aprofundada do que significa discutir um romance histórico nos dias de hoje e pondera em reflexões sociais que este romance se destina a provocar.

Verdade histórica e ficção literária

A transformação de elementos históricos numa narrativa ficcional mostra semelhanças e diferenças entre o discurso literário e o discurso histórico. A fusão de elementos ficcionais e históricos presentes no romance repete-se ao longo de toda a obra. Tendo em conta as diferenças entre discurso histórico e discurso literário no que diz respeito à abordagem narrativa, é necessário analisar os factos históricos apresentados na obra e as suas expressões na narrativa ficcional. Os elementos geográficos e históricos são misturados neste romance, e

esta mistura do real e do imaginário, da história e da ficção, compõe toda a obra, forçando o leitor a relacionar o romance com a história da época.

Mwenemutapa

O romance *Saga d'Ouro* tem lugar no reino de Mwenemutapa. Por volta de 1420-1430, Mutota liderou o seu povo até obter a independência do outrora extinto Estado do Zimbabwe, derrotando o povo e ocupando uma grande área do vale sul do Zambeze, no Norte, mais tarde conhecido pelo povo Shona como Mwenemutapa, ou *o explorador*, ou *o conquistador*. Desde essa época, Mwenemutapa expandiu-se para influenciar todo o atual Zimbabwe: para leste, ocupando parte do atual território de Moçambique, chegando mesmo ao Oceano Índico. O reino de Mwenemutapa floresceu entre os séculos XV e XVIII. Os portugueses cobiçaram o ouro existente no interior do território africano bem antes de chegarem à costa oriental de África. No início, negociaram ouro com comerciantes árabes, mas rapidamente perceberam que a única forma de maximizar os seus lucros era encontrar a origem do ouro no interior do território africano. Por conseguinte, viajaram pelo rio Zambeze até ao Zimbabwe, o então Reino de Mwenemutapa. Os portugueses usaram o catolicismo para

se infiltrarem na família real de Mwenemutapa e, em 1560, organizaram uma expedição missionária dirigida pelo padre jesuíta Gonçalo da Silveira, com o objetivo de converter a classe dominante ao catolicismo e batizar com sucesso o então Mambo de Mwenemutapa (Gatsi Lucere na História, designado por Gatsi Rusere no romance) e a sua família. Através de uma aliança com a classe dominante, Portugal obteve o controlo e o acesso às minas de ouro. No entanto, o sucesso das atividades missionárias de Silveira despertou o ódio dos comerciantes muçulmanos locais. No romance *Saga d'Ouro*, Xerxes, como representante dos comerciantes muçulmanos, destaca-se pelo uso da feitiçaria como meio de eliminar os seus rivais, neste caso os comerciantes portugueses, e consolidar a posição dos comerciantes árabes. Como Silveira rejeita o amor de Manyara, Xerxes aproveitasse disso para o levar a julgamento. Silveira seria enforcado em 1561. Os portugueses enviaram uma expedição militar liderada por Francisco Barreto, em 1571, utilizando como pretexto o assassinato de Silveira, com o objetivo real de conquistar a região produtora de ouro. Contudo, a grande coesão dentro da classe dominante do Império e as doenças tropicais contribuíram largamente para o fracasso dessa missão. Seguiu-se uma segunda expedição, em 1574, que uma vez mais fracassou. No romance de Furdela, *Saga*

d'Ouro, o fracasso de Francisco Barreto é explicado pela narrativa da feitiçaria (MUHACHA, 2022).

Após o século XVII, os conflitos internos na classe dominante do reino de Mwenemutapa continuaram, e os portugueses aproveitaram o conflito para intensificarem a sua infiltração. Com a influência portuguesa a crescer no país, controlaram o reino de Mwenemutapa. Na narrativa de Furdela, perante uma rebelião liderada por Mathuzianye, o imperador sentiu-se incapaz de a reprimir militarmente e foi forçado a procurar o apoio militar de Portugal. Gatsi Rusere tentou fazer com que o povo lhe desenterrasse ouro sem descanso para o oferecer aos portugueses, mas o feiticeiro Rumbidzai recusou-se a ajudar a fazer a dhôro-re-simba (poção maligna) e os dois jovens, Mudzingaze e Bengo, foram incapazes de trazer as raízes secretas utilizadas para fazer a poção de volta por causa das lutas internas. Gatsi Rusere teve, portanto, de ceder as minas aos portugueses, em 1607. Historicamente, os portugueses ajudaram Gatsi Lucere a derrotar o seu rival. No entanto, no romance, os portugueses não prestaram ajuda atempada a Gatsi Rusere, uma vez que estavam concentrados no Brasil. O exílio imaginário e sonhado de Rumbidzai no Brasil no romance levou as damas dele a perderem o seu marido. As mulheres esgrimiram a Gatsi Rusere impropérios e reclamaram o prazer do sexo.

Segundo relatos históricos autênticos, Gatsi Lucere foi ajudado pela venda dos recursos naturais do país, mas o Império Mwenemutapa tinha ficado sob controlo português, tanto política como militarmente. O Império Mwenemutapa perdeu gradualmente a sua soberania.

O conflito comercial Leste-Oeste

Em muitos aspetos deste romance podemos também ver a tensão e o confronto entre os portugueses e os árabes. O conflito subjacente é sobre a competição pelos recursos em África e pelo comércio ao longo do Oceano Índico. Nesta parte do trabalho, vou concentrar-me no *mundo* do Oceano Índico, moldado pelo comércio de longa distância, implicado neste romance, e pela inevitável rivalidade entre Este-Oeste. Esta vasta área de espaço geográfico, a sua diversidade cultural e longevidade, tem sido descrita como uma zona de interação. O *mundo* do Oceano Índico é uma dessas zonas de interação onde a investigação tem avançado significativamente. As monções e as correntes do Oceano Índico definem as rotas de movimento e os ritmos temporais da atividade humana. Em suma, as vias marítimas do *mundo* do Oceano Índico foram divididas em duas rotas. Uma seguia a linha costeira da Baía de Bengala, ao Mar Árábico em direção ao Golfo Pérsico e ao Mar Vermelho, ou

via Somália e Tanzânia em direção às ilhas de Moçambique e Madagáscar. A outra era a rota transnacional do Oceano Índico, que ia para oeste a partir do Sudeste Asiático, através do Sri Lanka e das Maldivas, por onde se podia chegar diretamente ao Golfo de Áden. Esta era uma rota rápida para transportar especiarias do Sudeste Asiático e do Sri Lanka para a costa ocidental do Oceano Índico. Através destas duas rotas, as diversas sociedades em torno do *mundo* do Oceano Índico formaram um mecanismo regular de troca de recursos, movimento populacional, transferência de riqueza e interação cultural. A combinação da distribuição de recursos, mercados internacionais e rotas marítimas fixas tornou algumas áreas à volta do Oceano Índico muito ativas com pontos de distribuição e de trânsito para mercadorias ou estacionamento naval. Quando Vasco da Gama entrou no Oceano Índico viu pela primeira vez Moçambique, uma área comercial com grande atividade na costa da África Oriental, que já era um elemento importante do comércio do Oceano Índico Ocidental. Continuando, a Norte ficava a Costa Suaíli, com muitas cidades portuárias, onde se tinha desenvolvido uma língua e uma cultura próprias como resultado de uma tradição de ligações e casamentos entre os bantus africanos e os comerciantes asiáticos. No século XIV, no importante porto de Kilwa, que controlava a exportação de ouro, o

mercado era agitado, contando com numerosas porcelanas orientais, bem como com comerciantes de Gujarat e Malabar, na Índia (YUE, 2020). Os árabes controlavam o ouro nesta região, desde o império de Mwenemutapa através do rio Zambeze até aos portos, mesmo antes da chegada dos comerciantes portugueses a Moçambique. O romance *Saga d'Ouro* mostra, por exemplo, também, a posição dos árabes na família real africana naquele tempo através de algumas narrativas secundárias sobre Xerxes, genro do Mambo que foi capaz de agir como juiz dos missionários portugueses. Os comerciantes árabes são retratados na escrita do autor moçambicano como astutos e orientados para o lucro. Para escapar à supressão do comércio português, Xerxes inventa a mentira de que a imagem da Virgem Maria fará o Mambo perder o seu desejo por mulheres e tornar-se homossexual, e aproveita a oportunidade para matar os missionários. A história dos portugueses em Moçambique remonta ao século XVI, quando iniciaram a sua invasão e conquista da costa moçambicana, assumindo o controlo da ilha e de Sofala, devido ao seu interesse pelo ouro e pelo marfim. A partir dos anos 30 do século XVII, os portugueses começaram a concentrar-se no reino interior de Mwenemutapa, na esperança de encontrar e controlar as lendárias minas de ouro. Para este fim, os portugueses investiram

fortemente em expedições para o interior e gradualmente estabeleceram o sistema do *Praço* nas regiões do Zambeze inferior e médio. Os Portugueses depararam-se com uma importante rede comercial intercontinental, dominada por comerciantes muçulmanos. Estes comerciantes muçulmanos ligavam as comunidades das cidades do norte Suaíli com os portos e mercados interiores. Isto permitiu aos mouros controlar o tráfego costeiro e grande parte do comércio entre a costa e os reinos e emirados do interior. À medida que os portugueses foram entrando no reino, através de meios religiosos, a influência europeia sobre o rei aumentou gradualmente e este começou a marginalizar os comerciantes árabes. Os portugueses instalaram-se inicialmente na costa, estabelecendo postos de comércio em Sofala, em 1505, e na ilha de Moçambique, em 1507. Sofala, na costa sudeste de África, representava o complexo comercial português do Oceano Índico. Através de Sofala esperavam controlar as rotas de transporte de ouro e marfim a partir do interior. Sofala tornou-se um porto próspero e serviu como interface comercial entre o interior africano e o Oceano Índico, que o abastecia de tecidos e especiarias e permitia o comércio de metais preciosos. Ao se estabelecerem em Sofala, os portugueses esperavam substituir os muçulmanos na liderança da região e beneficiar das vantagens e dos lucros

de um comércio secular. Assim o Oceano Índico rapidamente se tornou numa arena geoestratégica (YUE, 2020). No final da década de 1650, o poder crescente dos portugueses fez com que as atividades comerciais dos muçulmanos tradicionais diminuíssem drasticamente. Na costa oriental de África, os portugueses tentaram tomar conta dos mercados árabes. Pode, portanto, dizer-se que a entrada dos portugueses no Oceano Índico foi desastrosa para os árabes porque perderam o seu papel de intermediários no comércio entre a Índia e os países europeus. Os portugueses destruíram o império marítimo dos árabes na costa oriental de África.

Historicidade do romance

A estratégia de Portugal de dominar os mercados, a mão-de-obra e os recursos naturais de Moçambique no século XVI foi indiscutivelmente bem-sucedida. Então, agora, no século XXI, será que Portugal continua a exercer influência sobre Moçambique? Para além de questões de poder, o que será que o autor pretende criticar e ou assinalar neste romance? A utilização de muitos elementos históricos pelo autor moçambicano Aurélio Furdela não se extingue na simples revelação das realidades sociais, políticas e culturais do século XVI. Há porventura um ou mais significados profundos nesta obra literária na nossa perspectiva. Em

seguida, iremos desenvolver o que significa do nosso ponto de vista discutir um romance histórico no século XXI, como é o caso de *Saga d'Ouro*.

Estética da recepção

Gostaria de começar esta reflexão com um estudo da teoria de Hans Robert Jauss (1982) sobre a estética da recepção. Jauss construiu uma nova visão da história literária a partir do lugar do leitor. A renovação da história literária exige o estabelecimento de uma estética da recepção que rejeite os preconceitos do objetivismo histórico e os fundamentos tradicionais da estética de produção e reprodução. A proposta apresentada por Jauss nos anos 60 do século passado sublinha a atuação do leitor como agente responsável pela atualização dos textos, garantindo a historicidade das obras literárias. A experiência literária do leitor pressupõe um saber prévio, o conjunto das suas experiências, tanto de leitura quanto de vida, que desperta expectativas e aciona uma determinada postura emocional. Os leitores devem mobilizar os seus conhecimentos para decodificar o código da obra, para desenterrar e recriar as informações estéticas da mesma, o que reflete a importância do leitor nas atividades literárias. A estética da recepção não avalia a interpretação dos textos por critérios tais como verdade ou falsidade, correção ou erro;

acredita que não existe uma norma fixa para a interpretação dos textos. Uma obra de literatura não é um objeto isolado que oferece o mesmo ponto de vista a todos os leitores, em todas as épocas. Pode ressoar em leitores de diferentes gerações a partir de perspetivas diferentes, e até mesmo ter o efeito de impulsionar mudanças e revoluções sociais. Neste romance, *Saga d'Ouro*, o autor aprofunda o retrato da personagem principal, Gatsi Rusere, para apresentar ao leitor a imagem de um personagem excessivamente ganancioso e grosseiramente covarde. Gatsi entrega os seus recursos de ouro a estranhos apenas para procurar ajuda militar, derrotar o seu inimigo político e permanecer no poder. Não tem qualquer preocupação com a perda da soberania ou com o sofrimento do povo. Tanto homens como mulheres, e até mesmo crianças, estiveram envolvidos na exploração mineira, em detrimento de outras atividades, como a agricultura ou a pecuária. A imagem de um rei que pode vender o seu povo e o seu reino a qualquer pessoa em troca de poder e estabilidade permanentes é claramente contrária à imagem de um líder competente. A leitura da História é uma forma de perspetivar melhor o futuro e evitar que os erros se repitam. Gatsi Lucere é de facto uma figura histórica típica e irônica, especialmente no século XXI, em que as teorias democráticas dos direitos humanos são abundantes.

Mas para os moçambicanos existe, talvez, uma sensação de repetição histórica quando se lê este livro. Tal como em muitos países do terceiro mundo, particularmente em África, a soberania, a igualdade e os direitos humanos não parecem ter progredido substancialmente desde a independência do país. Vou então relacionar duas perspetivas, a da ficção com a da realidade. Em primeiro lugar, referir a ganância e a incompetência dos governantes que poderá ter conduzido a uma certa decadência do país; e, em segundo lugar, referir a cobiça e a pilhagem de Moçambique por forças externas.

Questões de poder e de governação

As pobres qualidades pessoais de Gatsi Lucere/Gatsi Rusere refletem-se em muitos episódios do romance *Saga d'Ouro*. Por exemplo, tomou como prémio a mulher Manyara, obrigou dois jovens, Mudzingaze e Bengo, a obter poções para si, matou o cozinheiro Pote Pote só porque um osso de galinha ficou preso na sua garganta, e assassinou brutalmente o mensageiro Kutaura que o informou da indisponibilidade do butua para lhe prestar assistência militar. Ele queria assegurar a sua posição dominante, mas era muito incompetente. O uso que fazia de *cannabis* causou-lhe momentos de confusão diante dos seus ministros que, assim sendo, não lhe reconheciam qualquer

autoridade. Falhou também em ganhar o apoio do povo e foi ironicamente chamado de ladrão de galinhas. Foi também a sua incompetência que conduziu à rebelião de Mathuzianye, para a qual procurou a ajuda do feiticeiro Rumbidzai. Perante a recusa do feiticeiro em fornecer uma receita para fazer uma poção, Gatsi Rusere exilou o feiticeiro e acabou por sofrer as consequências.

Atualmente, em Moçambique, talvez se possa dizer que ainda existem personagens como os Rumbidzai (equivalentes a feiticeiros ao serviço do imperador) que são o meio pelo qual os detentores do poder procuram suprimir os seus oponentes. No romance, o feiticeiro não ajuda Gatsi Rusere, e na vida real acreditamos que os meios utilizados para eliminar os oponentes estão também condenados ao fracasso. Com esta obra, pensamos que o autor não só quis escrever sobre os governantes do século XVI, mas também chamar a atenção sobre os líderes do século XXI, fazendo um paralelismo entre os problemas do século XVI e os que ainda hoje subsistem e assinalando que vale a pena refletir sobre os mesmos. A batalha entre Gatsi Lucere e Mathuzianye também parece sugerir as tensões, de algum modo similares, às que agora caracterizam a cena política de Moçambique. Embora as eleições multipartidárias realizadas em outubro de 1994 tenham sido resultado de anos de esforços para pôr fim à

guerra entre a Frelimo e a Renamo, nos últimos anos, a política democrática de Moçambique não parece ter progredido. O confronto entre os dois principais partidos políticos cresceu, bem como outros conflitos no norte do país. Na esfera econômica, embora o país tenha registado um enorme crescimento económico no século XXI, especialmente depois de 2010, a maioria dos moçambicanos não beneficiou dele e mais de metade da população ainda está presa na pobreza. A falta de partilha dos frutos do desenvolvimento económico e os receios de marginalização política exacerbaram as tensões entre a Renamo e o governo liderado pela Frelimo, culminando em duas eleições em 2014 e 2019. Os regimes autoritários caracterizam-se por um elevado grau de poder centralizado, mantido através da repressão política e da exclusão de potenciais adversários. O declínio do índice democrático foi causado por suspeita de fraude eleitoral, criticada por observadores dentro e fora de Moçambique. Os meios mais importantes de repressão incluem medidas de propaganda constante e bloqueios ou controlo dos meios de comunicação, ameaças graves à liberdade de expressão, a detenção de jornalistas e ativistas sociais e ameaças à sua segurança e à segurança das suas famílias (PITCHER, 2020, p. 13-18). O desejo de poder dos líderes tem impedido o pleno desenvolvimento das liberdades democráticas. Podemos

pensar que os líderes continuam incansáveis na sua busca de uma espécie de Rumbidzai para exorcizar os opositores do seu regime e todos aqueles que defendem valores e ideias diferentes para governar o povo com justiça.

Intervenção de forças externas

A ascensão do autoritarismo não se concretizou sem a sua promoção pelos antigos países imperialistas e, nesse sentido, o neocolonialismo é um instrumento muito útil. Muitos líderes foram usados sob o controlo das potências ocidentais. Não será semelhante ao que se passou no episódio de *Saga d'Ouro* quando Gatsi Rusere finalmente entrega o ouro aos portugueses? E parece-me que o livro não é apenas uma alusão às realidades que Moçambique enfrenta, mas uma chamada de atenção para o neocolonialismo que prevalece no continente africano. O neocolonialismo refere-se às antigas formas em que o imperialismo foi forçado a mudar do domínio colonial direto para novas formas de dominação neo-colonial e exploração através de agentes escolhidos.

The essence of neo-colonialism is that the State which is subject to it is, in theory, independent and has all the outward trappings of international sovereignty. In reality its economic system and thus its political policy is directed from outsider. (KWAME, 1966, Introduction)

Mesmo após tantos séculos, uma grande maioria dos países africanos, incluindo Moçambique, continua a depender do Ocidente. Embora Moçambique seja nominalmente independente, falta-lhe inovação e autonomia em termos de economia e ideologia, continuando a seguir o modelo colonial de desenvolvimento, pelo que não tem sido capaz de alterar a sua estrutura econômica. O domínio neocolonial ocidental no continente africano tem tido um impacto profundo e duradouro no desenvolvimento dos países africanos. A maior manifestação deste facto na esfera econômica foi a perversa estrutura de mono economia. Esta é uma estrutura econômica que depende sobretudo da produção e exportação de uma ou mais matérias-primas agrícolas e minerais para sustentar o funcionamento da economia nacional (CASTEL-BRANCO, 2010, p. 12-16). No romance *Saga d'Ouro*, Gatsi Rusere utiliza quase todos os seus recursos humanos e naturais para forçar o seu povo a trabalhar na indústria mineira e a negociar com comerciantes portugueses em troca de apoio militar. Após a independência, a economia de Moçambique continuou a ser dominada pela produção de matérias-primas do sector primário. A indústria mineira desenvolveu-se rapidamente e tornou-se a principal base para o desenvolvimento da economia. No entanto, outros setores da economia, como a indústria e a agricultura,

não se desenvolveram tanto como deveriam, resultando num desequilíbrio no desenvolvimento econômico e, portanto, numa base muito frágil para o desenvolvimento econômico do país. A estrutura de monoeconomia é prejudicial, pois depende muito da economia externa, não só para a venda de produtos, mas também para a importação de bens manufaturados e alimentos. Além disso, outra desvantagem grave deste modelo econômico é a falta de ligações entre os produtos produzidos e o mercado de consumo interno, que em vez de serem consumidos internamente são exportados diretamente para os mercados estrangeiros. Durante o período colonial, os produtos eram principalmente expedidos para os estados coloniais para utilização como matéria-prima industrial e bens de consumo. Após a independência dos países africanos são principalmente exportados para os mercados mundiais. Uma vez que produção, distribuição e mercados estão intimamente ligados aos mercados estrangeiros, as mudanças na oferta e procura e as flutuações de preços no mercado mundial condicionam diretamente o desenvolvimento econômico dos países africanos. E devido à ordem econômica internacional desfavorável, os produtos primários produzidos pelos países africanos têm um baixo valor agregado no mercado internacional, enquanto os bens manufaturados que os países africanos precisam de

importar têm um elevado valor agregado. Os países africanos encontram-se claramente numa situação de comércio internacional desigual (MATOS, 2006, p. 8-12).

Enquanto o colonialismo era um sistema de governo direto pela força, o neocolonialismo é um sistema de governo indireto em que a independência política é concedida em troca de controlo económico e exploração. A emergência do neocolonialismo está estreitamente ligada ao estado de subdesenvolvimento criado pelo colonialismo. A grande maioria das colónias tornou-se, então, em *Estados satélites*” económicos dentro do sistema capitalista internacional, dependentes dos mercados e das matérias-primas para produtos estrangeiros, deixando as economias destes países completamente à mercê do sistema capitalista mundial. Durante o período colonial, o capital estrangeiro obrigaria mesmo os camponeses a trabalhar em indústrias específicas ou a produzir produtos específicos para exportação. O Sul (Maputo, Gaza e Inhambane) foi organizado como reserva de força de trabalho migrante para as minas da África do Sul. No Centro (Sofala, Manica, Tete e Zambézia), o campesinato foi integrado no mercado principalmente por via da venda de força de trabalho para as plantações de chá e açúcar. No Norte (Nampula, Cabo Delgado e Niassa), o campesinato

foi organizado como produtor de mercadorias para exportação (CASTEL-BRANCO, 1994, p. 38-40). Analisando as duas primeiras décadas do século XXI, a economia de Moçambique cresceu significativamente, principalmente graças à descoberta de vários recursos minerais. Segundo os académicos moçambicanos, a economia extrativa tem sido o motor do investimento direto estrangeiro e do desenvolvimento econômico de Moçambique.

Os fluxos externos de capitais privados nos últimos quinze anos representam aproximadamente 85% do investimento privado total em Moçambique. O grosso deste investimento é aplicado num pequeno número de grandes projectos de natureza extractiva (minerais, florestas, energia, entre outros) ou em indústrias de natureza oligopolista (bebidas, açúcar, cimento, entre outras), resultando em que duas dezenas de empresas, que empregam meia centena de milhares de trabalhadores, produzem o grosso do crescimento do PIB. (CASTEL-BRANCO, 2010, p. 8)

A produção de monoculturas de exportação e, mais recentemente, a implementação de projetos mineiros de grande escala deslocaram as comunidades camponesas, aumentando a sua vulnerabilidade e pobreza. O fenómeno da ocupação forçada da terra, o sacrifício da agricultura, a destruição da biodiversidade e a poluição da água e do ar

são aspetos difíceis de controlar. Além disso, os projetos de desenvolvimento económico nos países africanos estão frequentemente sujeitos a constrangimentos e restrições impostas pelos doadores. E muitos doadores ocidentais usam não raras vezes a sua forte voz e posição dominante para impor condicionantes que dificultam a utilização eficaz da ajuda para o desenvolvimento económico e social. Os doadores ocidentais fornecem frequentemente ajuda económica aos países africanos com algumas condições políticas adicionais. Por exemplo, quando o Ocidente fornece ajuda para o ajustamento estrutural dos países africanos propõe todo um conjunto de programas, tais como a privatização e a liberalização. Se o beneficiário não aceitar estas condições, a ajuda é normalmente reduzida ou mesmo cancelada. A ajuda é também suscetível de criar uma cultura de dependência em África, fomentando o paternalismo ocidental em vez da parceria (SHU, 2020, p. 12-15).

Conclusão

A experiência de ser colonizado não é apenas uma memória para os países do designado Terceiro Mundo. Por outro lado, a independência política dos países africanos nem sempre significou uma *ruptura* completa com a experiência colonial. Existe uma notável continuidade histórica entre o

período colonial e o processo de desenvolvimento dos países africanos após a sua independência. No romance *Saga d'Ouro* faz-se alusão crítica à realidade atual de Moçambique, em boa verdade, à realidade de muitos dos países africanos, através de algumas personagens e histórias familiares e mágicas. Para além da obra *Saga d'Ouro* de Aurélio Furdela, Moçambique tem um número crescente de jovens escritores que escrevem criticamente alegorias nacionais e que refletem sobre as realidades sociais. À sua maneira, a nova geração está a iluminar o caminho em direção à democracia e à liberdade.

Referências

- BIHALE, Domingos. *Indústria Extractiva em Moçambique - Perspectivas para o desenvolvimento do país*. Maputo: Friedrich Ebert Stiftung, 2016.
- CASTEL-BRANCO, Carlos. Problemas Estruturais do Desenvolvimento Agrário. In: CASTEL-BRANCO, Carlos. *Moçambique Perspectivas Económicas*. Maputo: Faculdade de Economia da Universidade Eduardo Mondlane e Fundação Friedrich Ebert, 1994.
- CASTEL-BRANCO, Carlos. *Economia Extractiva e Desafios de Industrialização em Moçambique*. Maputo: Instituto de Estudos Sociais e Económicos (IESE), p. 1-17, 2010.
- CASTEL-BRANCO, Carlos. Growth, capital accumulation and economic porosity in Mozambique: social losses, private gains. Oxfordshire: *Review of African Political Economy*, 41: sup 1, S26-S48, Taylor & Francis, 2014.
- DIMON, Joshua Shaw. *Neoliberalism, gas and livelihoods in northern coastal Mozambique: a real-time analysis of the management of dissent*. Berkeley: University of Califórnia Press, 2016.

- JAUSS, Hans Robert. *Toward an Aesthetic of Reception*. Tradução de Timothy Bahti. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1982.
- MATOS, António Almeida. *Tendências do Comércio e do Investimento em Moçambique*. Projeto Diplomacia, Cooperação e Negócios. Lisboa: IEEI, 2006.
- MONJANE, Boaventura. Seminário oral: Conflitos de terra e a (re) emergência do neocolonialismo em Moçambique. Coimbra: *Centro de Estudos Sociais* (CES), 2014.
- MUHACHA, Benney. *Ciclo do ouro em Moçambique*. Maputo: Portal de Sópra educação, 2022.
- NKRUMAH, Kwame. *Neocolonialismo: La Ultima Etapa Del Imperialismo*. Tradução de Dominic Tweedie, México: Siglo XXI, 1966.
- PITCHER, M. Anne. Mozambique Elections 2019: Pernicious Polarization, Democratic Decline, and Rising Authoritarianism. Oxford: *African Affairs* 119 (476): 468-86, Oxford University Press, 2020.
- SECCO, C. L. Tindo. O índico – um oceano de multiculturalidades, imaginação literária e insularidades. Campinas: *Remate de Males*, SP, v. 38, n. 1, p. 147–160, 2018.
- SHU, Yunguo. An Analysis of the Main Contradictions in the Economic Development of African Countries after Independence. Pequim: *West Asia and Africa*, 2.ed., p. 91-110, Chinese Academy of Social Sciences, 2020.
- S. Parashar, & M. Schulz. Colonial Legacies, Postcolonial “Selfhood” and the (Un)Doing of Africa. Oxfordshire: *Third World Quarterly* 42 (5): 867–81, Taylor & Francis, 2021.
- TRAGINO, Arnon. O leitor, a leitura, o livro e a literatura na estética da recepção e na história cultural. Bahia: *Revista Mosaicum*, n. 18, jul./dez., 2013.
- YUE, Xiukun. *O mundo do Oceano Índico moldado pelo comércio de longa distância*. Pequim: *Guangming Daily*, 14.ed., 2020.
- ZILBERMAN, Regina. Historicidade e materialidade da literatura. Coimbra: *Revista da Associação Internacional de Lusitanistas*, n. 10, p. 269-286, 2008.

Anqi Zhu

Mestranda em Estudos Portugueses e Românicos, pela Universidade de Lisboa (ULISBOA).

Graduada em Língua Portuguesa, pela Universidade de Economia e Negócios Internacionais (UIBE), 2018.

ORCID iD: <https://orcid.org/0009-0005-8690-2877>.

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/0640201183342600>.

E-mail: anqi.zhu@edu.ulisboa.pt.

Ana Mafalda Leite

Professora Associada com Agregação da FLUL.

Doutoramento em Literatura Portuguesa/Literaturas Africanas de Língua Portuguesa.

Professora da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

Investigador Agregado do CEsa, Centro de Estudos sobre África e o Desenvolvimento, CSG/ISEG, Universidade de Lisboa.

Lattes: <https://www.cientiavitae.pt/portal/A715-6AC0-2DAB>.

ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0001-5730-6033>.

E-mail: anamafaldaleite@gmail.com.